

A COLEÇÃO EGÍPCIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

– HISTÓRIAS DA SUA AQUISIÇÃO

*Marco Guimarães Afonso*¹

No início da primeira guerra mundial, em Agosto de 1914, cerca de 70 navios alemães e austríacos refugiaram-se em vários portos portugueses para tentar escapar ao ataque da Royal Navy. Um desses navios, de nome “SS Cheruskia”, registado em Hamburgo, Alemanha, propriedade da HAPAG (Hamburg-Americanische-Pakettfahrt-Aktien-Gesellschaft), atracou no porto de Lisboa. Este vapor de carga alemão, construído em 1890 pela Stephenson, Robert & Co, Newcastle, com 3245 ton e 105 m de comprimento, procedia do Porto de Basra no Iraque e tinha como destino o porto de Hamburgo na Alemanha. Quando se deu o início da guerra o “SS Cheruskia” encontrava-se no mar e teve que encontrar refúgio no porto neutro de Lisboa. Antes de ser propriedade da HAPAG, Hamburgo, o “SS Cheruskia” foi propriedade da Stumore F. & Co., London, e chamava-se “SS Glen Caladh Tower”.

A bordo desta embarcação encontrava-se uma carga de 448 caixas enviada pela Deutsche Orient-Gesellschaft para os Museus da Ilha de Berlim (Bernhardson, 2005). Este número de caixas é confirmado por Sir Lancelot Carnegie, representante britânico em Portugal, numa carta, datada de 15 de Setembro de 1916, junta ao processo de apreensão dos navios alemães, mas também pelo embaixador alemão em Lisboa numa nota de 4 de Setembro de 1920 (Araújo, 2011). Estas caixas continham antiguidades provenientes das escavações alemãs em Assur, Hatra, Shuruppak e Sam’al.

A exploração de Assur começou com arqueólogos alemães em 1898 e as escavações começaram em 1900 com Friedrich Delitzsch e continuaram durante o período de 1903 – 1913 com uma equipa da Deutsche Orient-Gesellschaft liderada inicialmente por Robert Koldewey e depois por Walter Andrae.

¹ LL. B. UCP Porto, Mestrando em Arqueologia FLUP, Mestrando em Museologia FLUP

Walter Andrae começa a sua vida profissional como arquiteto, mas em 1903 a sua vida iria sofrer um percurso muito diferente ao participar nas escavações arqueológicas alemãs em Assur, sob a liderança de Robert Koldwey. Quando Koldwey deixa Assur, Andrae assume a liderança das escavações e durante esse período faz também escavações em Hatra, Shuruppak e Sam'al. Andrae regressa a Alemanha em 1914 e em 1921 é nomeado curador do Vorderasiatisches Museum Berlin e em 1951 nomeado seu diretor.

Na sequência da fragilidade económica do país, Portugal cede às pressões diplomáticas Inglesas e apreende os navios alemães que se encontravam atracados nos portos nacionais, o “SS Cheruskia” não foi exceção. Em 23 de Fevereiro de 1916 o “SS Cheruskia” é tomado pela Armada Portuguesa e renomeado “Leixões” passando a ser propriedade do Estado Português - Transportes Marítimos do Estado. Esta operação da Armada foi dirigida pelo capitão de fragata Leote do Rego então comandante da divisão naval de defesa (Cunha and Sousa, 2006, Pereira and Morais, 2007). A 12 de Setembro de 1918, o “Leixões” é afundado pelo submarino alemão SM U-155 (“*Deutschland*”) com um Torpedo quando estava a 200 milhas da costa americana na rota entre Hull e Boston (*The New York Times, NY, 1918/09/17*).

Para além destas 448 caixas, o SS Cheruskia carregava outros produtos tais como madrepérola, peles de leopardo e de lontra do Djibouti, peles de carneiro secas em bruto, pertences pessoais de uma senhora Bouchaert da Bélgica, fardos de couros e “noix de galle” de Bagdad. As peles de leopardo e lontra eram destinadas à casa H. K. Djirdjuran et Co. em Nova York e as peles de carneiro destinavam-se à casa austríaca Karl Raudnitz em Praga. A apreensão destas mercadorias levou à intervenção de vários estados que tinham interesse que elas chegassem ao seu destino. O Ministro da Rússia em Portugal pediu ao então ministro dos negócios estrangeiros Augusto Soares que as peles de leopardo e lontra fossem enviadas ao seu destino e a embaixada espanhola, representante do Império Austro-Húngaro, vem pedir informações sobre o paradeiro e estado das peles de carneiro. Por sua vez, a embaixada belga envia uma carta ao ministério dos negócios estrangeiros com o objectivo de tentar recuperar os pertences pessoais da sua cidadã (Araújo, 2011).

PORTUGUESE SHIP SUNK.

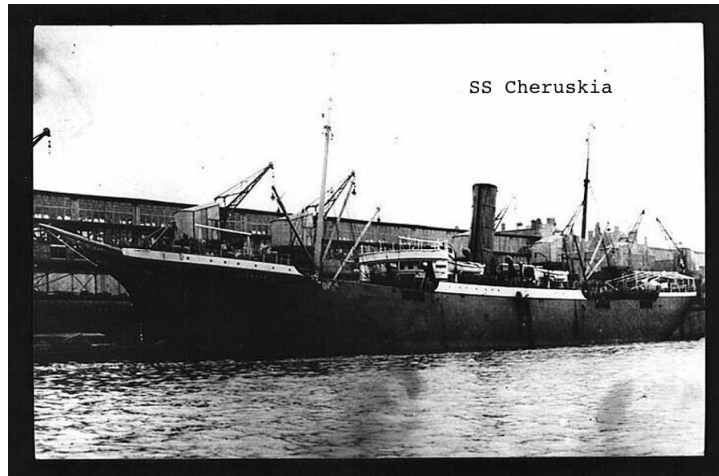
**Former Hamburg-American Steamer
Destroyed in North Atlantic.**

AN ATLANTIC PORT, Sept. 16.—
The Portuguese steamship Leixoes was
torpedoed in the North Atlantic five
days ago, according to sixteen members
of the crew who arrived here today.
They had spent the interval in an open
boat. It is feared that thirty-five
others in three boats may have been
lost.

The Leixoes was a vessel of 3,245
tons and was formerly the Hamburg-
American steamer Cheruskia. She was
requisitioned by the Portuguese Govern-
ment after having been self-interned at
a Portuguese port at the beginning of
the war. She was built in 1890 at New-
castle, England.

The New York Times

Published: September 17, 1918
Copyright © The New York Times



Na sequência deste apresamento, em Março 1916, a Alemanha declara guerra a Portugal.

Entretanto, a nível internacional, começam a colocar-se questões sobre o papel das antiguidades como troféu de guerra e sobre a propriedade durante um período transitório (Bernhardson, 2005).

O governo alemão, através da neutral Espanha, pressiona o governo português para este devolver as antiguidades e pede que o governo português

acondiçione as antiguidades em lugar seguro e seco de modo a não se estragarem com as intempéries, oferecendo-se disponível para suportar os custos relacionados com esse acondicionamento (Araújo, 2011) . Fazendo-se valer de agentes secretos, a Alemanha entra em contacto direto com o governo Português e oferece um valor monetário para facilitar a devolução dos artefactos, tal valor rondaria as 10000 ou 12000 libras esterlinas (Bernhardson, 2005). Ao tomar conhecimento desta tentativa dos alemães de recuperar a mercadoria do SS Cheruskia e dos valores tão altos que estavam dispostos a pagar, a inteligência britânica imediatamente suspeitou que a carga fosse altamente valiosa e que possivelmente seria material de guerra. O embaixador Inglês em Lisboa Sir Lancelot Carnegie, ao tomar conhecimento da situação, escreve uma carta ao seu Ministro informando-o sobre a apreensão da mercadoria e sobre a tentativa alemã de a reaver e do dinheiro que estavam dispostos a pagar. No entanto depois de abertos alguns caixotes em Lisboa no ano de 1917, pelo conservador do Museu de Arte Antiga Virgílio Correia, que viria a ser nomeado administrador da carga, veio a saber-se que o conteúdo eram apenas antiguidades. A tentativa de encobrir e manter em segredo a negociação por parte da Alemanha foi fracassada e a noticia sobre as antiguidades rapidamente se espalhou pela comunidade científica internacional da arqueologia, atraindo a sua atenção. Por conseguinte os arqueólogos acabaram por chamar a atenção da comunidade política(Bernhardson, 2005).

Em Novembro de 1916, o Tribunal de Comércio faz o arrolamento da carga do “SS Cheruskia” e considera-a prémio de guerra. A carga do navio alemão foi depositada na Alfândega de Lisboa, onde permaneceu até ao final da guerra em 1918 (Branco and Bouquet, 1988).

Ainda no ano de 1916, na mesopotâmia, os Ingleses prometem a um grupo de líderes Árabes a independência se uma revolta deles tivesse sucesso contra o Império Otomano que ocupava a região. Dá-se assim a “*Revolta Árabe*”, liderada por Edmund Allenby e comando tático de T. E. Lawrence (“*Lawrence da Arábia*”). As forças inglesas e árabes vencem as forças otomanas-alemãs e entram em Bagdad a 17 de Março de 1917. O “Armistício de Mudros” é assinado entre otomanos e ingleses a 30 de Outubro de 1918. O império otomano havia

entrado na guerra ao lado dos alemães depois do incidente Goeben e Breslau em 1914.

No final da primeira guerra, na conferência de paz de Paris de 1919, os territórios da mesopotâmia foram entregues aos Ingleses. Poucos meses depois, na conferência de San Remo de 1920, realizada pelos países aliados, é confirmado o mandato da sociedade das nações ao Reino Unido para administrar a Palestina e o Iraque e indicada a arqueóloga Gertrude Bell como sua primeira governadora. Gertrude Bell havia sido nomeada oficial político em 1916 e conhecia o terreno e os povos locais, tão bem como Lawrence da Arábia com o qual trabalhou. Este governo colonial do Iraque durou desde 1920 até 1932, ano em que o Iraque vê a sua independência, embora tenha continuado sob influência britânica. O não cumprimento do acordo de independência dos árabes fez surgir uma revolta independentista que originou uma guerra colonial em 1920 entre ingleses e os árabes que queriam um estado independente. Com a coroação pelos ingleses do Rei Façal I como chefe de estado, embora a sua figura seja meramente representativa, termina esta guerra colonial.

Com a notícia das antiguidades que haviam sido apreendidas em Lisboa, começam a surgir na imprensa inglesa discussões sobre o destino a dar a estas antiguidades assírias, mais ainda porque a Inglaterra era a força de ocupação da mesopotâmia no final da guerra. Sugeriu-se que as antiguidades deveriam ser um presente a Bélgica em compensação pela arte belga destruída pelos alemães ou então deveriam ser devolvidas ao Iraque (Bernhardson, 2005).

Em Portugal também se formaram imediatamente grupos de opinião sobre a entrega ou não desta carga à Alemanha. A favor da devolução, sem condições, encontramos A. A. Mendes Correa responsável do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, juntamente com grandes nomes da arqueologia nacional como Leite de Vasconcelos e Vergílio Correia e a favor da não devolução encontramos Augusto Nobre, reitor desta Universidade do Porto que, como Ministro da Instrução Pública em 1922 (*1.ª República*), decide entregar á Faculdade de Letras da Universidade do Porto a referida coleção assíria e cria imediatamente um Museu de Arqueologia Antiga para receber estas antiguidades (Pereira and Morais, 2007). É no final do ano de 1922 e inícios de

1923 que as antiguidades assírias são então transferidas para a cidade do Porto(Araújo, 2011).

Como não existiam naquela altura especialistas em arqueologia assíria, foram chamados ao Porto dois assiriólogos franceses, de nome Dangin e Contenau, para estudarem a coleção e avaliarem o conteúdo das 448 caixas que provinham das escavações de Walter Andrae. O relatório de estudo destes assiriólogos franceses confirmou o enorme valor que esta coleção assíria tinha, tal como Augusto Nobre havia já havia referido (Nobre, 1925). Nesta altura, a polémica em torno da questão tornou-se mais acesa, principalmente nos meios académicos e na imprensa nacional.

Depois do Tratado de Versalhes que pôs fim à primeira guerra mundial, assinado em 20 de Julho de 1919, as relações diplomáticas entre a Alemanha e Portugal são reatadas e é logo após esta data que o arqueólogo Walter Andrae tenta, por via diplomática, recuperar os 448 caixotes com as antiguidades assírias que provinham das escavações que tinha dirigido na mesopotâmia.

Em Inglaterra, a 18 de Agosto de 1919, na House of Commons, é declarado que devem ser tomadas todas as medidas possíveis para levar a coleção de Lisboa para Londres. Os ingleses entendiam que as antiguidades tinham sido removidas do Iraque ilegalmente e que a questão era essencialmente uma questão de Direito. Um major Inglês Young tinha visitado as escavações alemãs em 1913 e constatou que os alemães tinham consciência que ao remover os artefactos do Iraque estavam a agir ilegalmente, mas que mesmo assim o faziam. A lei Otomana vigente ao tempo da guerra estipulava que todos os objetos escavados em domínios otomanos deveriam permanecer no local como propriedade do país ou ser transportadas para o museu de Istambul como propriedade do Império Otomano. Com base nestas ideias, Inglaterra, através do seu representante em Lisboa comunica ao governo Português que devolver as antiguidades a Alemanha seria violar os mais elementares princípios de justiça (Bernhardson, 2005).

Nas tentativas de recuperação da mercadoria de Lisboa, Walter Andrae escreve a Gertrude Bell para Bagdad em Janeiro de 1920, apelando a amizade de longos tempos e à justa razão universal no que respeita a coisas científicas, pedindo que ela intercedesse na devolução dos objetos a Berlim, mais afirma que

os artefactos estavam a ser usados como objetos políticos em vez de património universal da humanidade (Bernhardson, 2005). A arqueóloga Gertrude Bell era naquele tempo alta comissária britânica no Iraque, fazendo parte da administração inglesa na mesopotâmia. Bell fazia a ponte entre o governo britânico e as comunidades árabes, sendo ao mesmo tempo confidente e conselheira do Rei Faisal I. Entre 1921 – 1924 foi presidente do comité da biblioteca nacional do Iraque e primeira impulsionadora e organizadora do museu arqueológico de Bagdad.

Gertrude Bell tinha escrito a sua mãe em 1911 depois de ter visitado Walter Andrae nas suas escavações dizendo que o tinha conhecido e que tiveram longas conversas e que o conhecimento de Andrae sobre as civilizações da mesopotâmia eram enormes e o seu pensamento brilhante. Refere ainda a sua mãe que Andrae pôs tudo à sua disposição incluindo fotografias e material não publicado, o que causou grande admiração por parte dela, reconhecia ainda a grande generosidade deste arqueólogo. Durante a guerra Gertrude Bell tinha também escrito ao arqueólogo alemão Herzfeld dizendo “Lembremo-nos que para nós, pelo menos, a amizade é mais forte que a guerra” (Bernhardson, 2005).

No entanto, na resposta a Walter Andrae, Gertrude Bell deixa de lado os laços pessoais e defende que, se as antiguidades pertencem aos alemães ou aos otomanos, os portugueses têm direito a considera-las prémio de guerra. Bell diz ainda a Andrae que em nome do futuro estado da mesopotâmia, do qual se considera defensora, gostaria que essas antiguidades fossem para o futuro museu de Bagdad que estava a ser formado. Relembra ainda a Andrae que a razão universal justa serve em vários sentidos. Sabia que a Alemanha tinha no Museu Kaiser Friedrich tijolos moldados com inscrições do século XIV de Iwan do pátio da mesquita Marjan em Bagdad e que foram retirados pelos alemães durante a guerra e entende que de acordo com a razão universal justa eles deveriam ser devolvidos (Bernhardson, 2005).

Gertrude Bell deixou de lado todas as questões pessoais, académicas ou científicas e respondeu como uma política britânica muito pragmática, talvez porque os seus interesses pessoais e visão do futuro à data fossem outros bem diferentes daqueles que a moviam antes e durante a guerra. É de recordar que

Bell nesta altura ocupava uma posição administrativa e servia os interesses britânicos mas também os interesses da comunidade árabe do Iraque.

Em 10 de maio de 1920, foi realizada uma mini-conferência no Ministério da Índia para decidir que medidas tomar relativamente à coleção de Lisboa. Nessa conferência estiveram presentes Artur Hirtzer, J. Schuckburgh, C. Garbett, H. W. Young, A. Jerrold, E. A. Budge e A. S. Yahuda. Budge faz lembrar a Lei Otomana de antiguidades e a ilegalidade da Alemanha ao retirar os artefactos do país. A. S. Yahuda da Universidade de Madrid e enviado Britânico para o caso, refere que Portugal sabe que as antiguidades são propriedade roubada mas que não aceitarão devolver sem algum tipo de compensação. Mesmo com a reserva de Yahuda o governo Britânico decidiu que por via diplomática, apelando a importância desses artefactos para a ciência, seria feita pressão junto dos portugueses. Foi sugerido que a proposta ao governo Português fosse de entregar os artefactos a Inglaterra como um ato de graça e generosidade, com a garantia que o British Museum iria analisar os objetos em nome da mesopotâmia, em seguida dar a Portugal parte da coleção ou então vender e Portugal receber os lucros. Yahuda tinha anteriormente estado em comunicação com Portugal e duvidava que esta abordagem teria sucesso. O apelo Britânico a Portugal foi feito por via diplomática, por intermédio do embaixador em Lisboa. Por esse meio chega então de Inglaterra o apelo à grande e nobre generosidade do povo português nas melhores tradições de cavalaria, para que devolva a mesopotâmia as antiguidades, com a nota de que iriam primeiro para o British Museum para exame e classificação (Bernhardson, 2005). Não sabemos se a intenção dos Ingleses seria enviar as antiguidades para Bagdad ou ficar com elas para sempre no British Museum.

Portugal não deu atenção ao apelo Britânico, por motivo de pressões internas e por motivo de enorme valor da coleção que entretanto foi sendo apurado. Na mini-conferência no Ministério da Índia de 1920, a coleção tinha sido avaliada em cerca de 100.000 libras esterlinas. Na sequência deste apelo e da não receptividade dos portugueses, o embaixador britânico mais uma vez tenta negociar a entrega das antiguidades ao Reino Unido, desta vez invocando que o Iraque era um mandato da sociedade das nações entregue a Inglaterra, que as antiguidades tinham sido roubadas e que deveriam ser devolvidas ao

Iraque e ofereceu entre 15.000 ou 20.000 libras para procederem a devolução. O valor que a Inglaterra estava disposta a pagar mesmo neste tempo difícil do pós-guerra denota o enorme valor que o governo inglês dava a esta coleção (Bernhardson, 2005).

Mais uma vez as autoridades portuguesas não cederam e decidiram manter, para já, as antiguidades em Portugal. Mello Barreto, então ministro dos negócios estrangeiros, escreve uma carta ao embaixador Britânico a expor esta posição de Portugal relativamente às antiguidades (Araújo, 2011). Nesta carta, o ministro refere também que a coleção ficaria no nosso país disponível para ser estudada por qualquer interessado. Na comunicação social referiram-se, através das correntes defensoras da não devolução da coleção, que as antiguidades enriqueceriam o nosso país, os nossos museus e a nossa cultura e deveriam ficar como património português para compensar os prejuízos que tivemos durante a guerra. A questão nunca mais foi levantada pelo governo britânico. (Bernhardson, 2005)

De acordo com as memórias de Walter Andrae, ao saber que as antiguidades tinham sido transferidas para o norte de Portugal, o Kaiser Wilhem II recomenda enviar um navio para o Porto para recolher as antiguidades e para bombardear a cidade até as mercadorias serem libertadas (Bernhardson, 2005). Tal não chegou a acontecer.

Em 1925, os 448 caixotes ainda se encontravam no edifício da reitoria da Universidade do Porto.

Neste mesmo ano de 1925, o arqueólogo Walter Andrae, já como curador do Vorderasiatisches Museum Berlin, é convidado pela Universidade de Coimbra para assistir à inauguração do primeiro curso de férias da Faculdade de Letras, juntamente com outras personalidades do mundo académico, nacionais e estrangeiras (*Gazeta de Coimbra, 1925/07/21 e 1925/07/23*). No âmbito deste curso de férias, no dia 12 de Agosto, Walter Andrae dá uma conferência sobre as escavações na Mesopotâmia e faz referência à coleção assíria aprisionada na cidade do porto sem justificação (Pereira and Morais, 2007). Nesta ocasião, aproveitando a oportunidade de contacto direto com as personalidades influentes dos meios académicos, tenta negociar a devolução da coleção assíria. A Universidade do Porto, através da sua reitoria, acaba por aceitar a devolução de

parte desta coleção em troca de outros artefactos propriedade dos museus estatais de Berlim (*Staatliche Museen zu Berlin*). Esta tomada de posição por parte da reitoria da Universidade do Porto leva o governo Alemão a tratar imediatamente de elaborar uma lista de artefactos provenientes de vários museus da ilha de Berlim para enviar para Portugal (Branco and Bouquet, 1988).

Entretanto, quando a decisão definitiva da Universidade do Porto chega a Berlim, em Junho de 1926, a situação política em Portugal havia mudado após o golpe de 28 de Maio que levou ao fim da Primeira República. Instaurada a Segunda República e com a ditadura militar instaurada é formada uma Junta de Salvação Nacional e nomeado um novo ministro da instrução pública no início de Junho desse ano. Esta situação política fez com que o enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Alemanha em Lisboa Ernst Arthur Voretzsch contactasse o novo ministro da instrução Joaquim Mendes dos Remédios, professor de Coimbra, no sentido de tentar negociar a devolução sem compensação (Branco and Bouquet, 1988, Pereira and Morais, 2007). O ministro da instrução cede e acaba por decidir a devolução total da mercadoria à Alemanha sem qualquer condição, ignorando a posição tomada pela Universidade do Porto (Branco and Bouquet, 1988). A decisão do anterior ministro não foi de facto definitiva porque, em 19 de Junho de 1926, é nomeado Artur Ricardo Jorge como novo Ministro da Instrução Pública. Este novo ministro, seguiu em parte a posição do anterior ministro mas não prescindiu da referida compensação por parte da Alemanha. A 4 de Julho de 1926, Artur Ricardo Jorge dá então a autorização definitiva para a devolução dos artefactos, com a condição da Alemanha enviar em retorno a dita compensação, de acordo com a lista que havia sido redigida. É então criada uma comissão para estabelecer os termos da troca entre os dois países (*The Times, London, 1926/07/06*)

Deve ser referido ainda que a Universidade do Porto não tomou parte nesta decisão final, aliás, em notícia já referida do *The Times* de Londres, de 6 de Julho de 1926, o correspondente britânico em Lisboa diz mesmo que a Universidade do Porto iria protestar publicamente por não ter sido consultada antes da decisão e transação.

Walter Andrae, chega a Lisboa dia 8 de Julho a conselho do ministro alemão para acompanhar o embarque das mercadorias e seu regresso à Alemanha mas, quando chega, a mudança de ministro já havia acontecido e a nova decisão já havia sido tomada quatro dias antes, o que fez com que o arqueólogo tivesse que aguardar as formalidades e a preparação da carga até Agosto. (Branco and Bouquet, 1988, Pereira and Morais, 2007).

Finalmente, em Agosto de 1926, um cargueiro alemão, carregava no porto de Leixões 412 caixotes, a pesar cerca de 2,5 ton., contendo a coleção assíria com destino a Hamburgo (Branco and Bouquet, 1988). Note-se que dos 448 caixotes apenas embarcaram 412 o que pode fazer questionar se de facto houve uma parte da coleção assíria que ficou em Portugal ou se os caixotes foram reorganizados e reembalados.

SEIZED ANTIQUITIES TO BE RESTORED.

(FROM OUR CORRESPONDENT.)

LISBON, JULY 5.

In February, 1916, Portugal seized all German shipping and cargoes in Portuguese ports. The seizure included the Austrian ship *Cheruskia*, which had on board about 400 cases of Assyrian antiquities from Assur, collected by the *Deutsche Orient-Gesellschaft* under Dr. Walter Andree.

These antiquities, after remaining for some years in Lisbon, were given to the Oporto University, where they now are. Many of the cases contain numbered blocks of basalt as though for the reconstruction of buildings, but there are also many others still unpacked which contain interesting sculptures, bas-reliefs, jewelry, pottery, tablets, and skulls.

Yesterday the Minister of Instruction consented to hand these objects over to Germany in exchange for objects of art and antiques and scientific instruments, and appointed a committee to arrange the exchange with the German Minister here.

It is reported that the Oporto University will protest against the exchange on the ground that it has not been consulted.

The Times (London, England) 1926/07/06, p. 15

Em Janeiro de 1927 chega a Portugal a compensação alemã que é imediatamente enviada para a faculdade de letras da Universidade do Porto, 69

caixas, com o peso de 9650 kg, que continham cerca 600 artefactos de coleções da Melanésia, da antiga Grécia, da Turquia, do próximo Oriente, da China, do Japão, da Birmânia, África, América central América do Sul e do antigo Egito (Cunha and Sousa, 2006), conforme a lista elaborada previamente e oriundos dos vários Museus da Ilha de Berlim.

Inicialmente, parece que estava previsto na lista elaborada pelos alemães, para além das antiguidades dos museus de Berlim, outras obras de arte e instrumentos científicos, mas é desconhecido se de facto chegaram ou não.

Em 1928 é extinta a faculdade de letras e em 1940 estes objetos, que tinham vindo dos museus de Berlim como compensação, são transferidos para o museu de antropologia da faculdade de ciências, hoje Museu de História Natural da Universidade do Porto (*desde 1996*), onde ainda permanecem.

A coleção egípcia, doada pela Alemanha á universidade do porto, é composta por 103 peças representativas de várias épocas cronológicas da história do antigo Egito, desde o período pré-dinástico até ao período bizantino. (Cunha and Sousa, 2006) (Araújo, 2011) (Mangado Alonso et al., 2008). A escolha por parte dos alemães parece ter sido criteriosa de modo a permitir traçar uma linha história do antigo Egito através da arte.

Para além do interesse que naturalmente tem para a Universidade do Porto, esta coleção egípcia tem também um interesse nacional. Esta coleção egípcia vem enriquecer a coleção egípcia portuguesa que conta hoje em dia com cerca de 1000 objetos (Araújo, 2011).

Muitos dos artefactos desta coleção ainda preservam as bases de madeira originais com legendas em alemão, o que é importante do ponto de vista da documentação e para estudo da coleção (Araújo, 2011).

Dos períodos Helenístico, Romano e Bizantino (332. A.C. – 642 A.D.) encontramos vários artefactos na nossa coleção egípcia, nomeadamente, estatuetas de terracota, duas máscaras funerárias, duas múmias humanas, um sarcófago, uma lanterna e as três lucernas que são objeto deste estudo (Araújo, 2011).

A lista original da coleção egípcia elaborada pelos museus de Berlim continha 134 objetos, mas atualmente só existem os referidos 103. É

desconhecido se estes objetos em falta chegaram de facto a Portugal ou se foram extraviados desde a data da sua chegada (Araújo, 2011).

A coleção egípcia da Universidade do Porto foi escolhida e retirada da coleção egípcia do *Ägyptisches Museum und Papyrussammlung*, que faz parte do *Neues Museum* desde a sua fundação em 1855. A primeira grande aquisição de artefactos egípcios por parte da Alemanha chegou a Berlim em 1823. Friedrich Wilhem III da Prússia, aceitando o conselho de Alexander von Humboldt comprou cerca de 1600 objetos egípcios a um vendedor de arte italiano de nome Giuseppe Passalacqua. Esta coleção foi mais tarde expandida com mais cerca de 1500 artefactos provenientes das escavações alemãs no Egito dirigidas por Richard Lepsius entre 1842 - 1845. Entretanto com a abertura do *Neues Museum* toda esta coleção foi para lá transferida. Desde esta data o museu foi enriquecendo a sua coleção com compras, doações e escavações, principalmente as escavações de Tell el-Amarna entre 1911 - 1914 e outras mais recentes. (<http://www.smb.museum/en/home.html>)

ANDRAE, W. 2010. *Memorias de un Arqueologo*. A Coruña: Ediciones del Viento.

ARAÚJO, L. M. D. 2011. *A coleção egípcia do museu de história natural da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.

BERNHARDSON, M. T. 2005. Chapter Two - WWI and the British Occupation: The Lisbon Collection. *Reclaiming a plundered past: Archaeology and Nation Building in Modern Iraq*. Austin: University of Texas Press.

BRANCO, J. F. & BOUQUET, M. R. 1988. *Artefactos Melanésios. Reflexões pós-modernistas / Melanesian Artefacts. Postmodernist reflections*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Museu de Etnologia.

CUNHA, M. J. & SOUSA, R. F. D. 2006. A Coleção de Antiguidades Egípcias do Museu de História Natural da Universidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - HISTÓRIA*, vol. 7 - III Série, 235 - 241.

MANGADO ALONSO, M. L., CUNHA, M. J., SOUSA, D. & CIA, O. N. 2008. *Os Mistérios do Além no Antigo Egito - Coleção Egípcia do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto*, V. N. Gaia, Casa Museu Teixeira Lopes / Galerias Diogo Macedo.

NOBRE, A. 1925. Museu de Arqueologia Histórica. A colecção Assiria. *O Porto e a sua universidade : 1 centenário da Faculdade de Medicina do Porto : 1825-1925*. Porto: Enciclopédia Portuguesa.

PEREIRA, M. H. D. R. & MORAIS, R. 2007. A Colecção de Vasos Gregos Gregos do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. *HUMANITAS - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. 59, 3 - 28.

PINA, L. D. 1966. A Faculdade de Letras do Porto - Breve História. *CALE - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I, 59 - 172.

Marco Guimarães Afonso

Janeiro de 2015



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/> ou envie uma carta para Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.